

Efeito normativo paralelo da institucionalização do PCC

Parallel normative effect of institutionalization of PCC

Rafael Leal de Araújo¹

Sumário: 1. Introdução. 2. A contribuição do positivismo jurídico: um olhar normativo. 3. O proceder como norma dentro do sistema carcerário. 4. A validade jurídica da normatividade representada pelo proceder. 5. Considerações finais. 6. Referências bibliográficas.

Resumo: A institucionalização do Primeiro Comando da Capital nos presídios paulistas nos últimos 20 anos promoveu uma normatização complementar às regras formais de administração penitenciária que ensejaram uma pacificação dentro das unidades prisionais, alterando profundamente a mecânica social deste grupo social. A expansão territorial do PCC evidenciada nas megarebeliões de 2001 e 2006, com 29 e 72 presídios envolvidos, respectivamente, foi acompanhada de uma alteração nas formas de relação social entre os internos do sistema prisional. As formas de cobrança de dívidas, o tratamento dos homossexuais, dos evangélicos, dos grupos hierarquizados que dialogam com a administração pública, todos estes papéis sociais foram alterados nos últimos anos em razão da institucionalização do PCC. O lema e o Estatuto do PCC foram alterados. A direção do Partido foi alterada. Todas essas transformações levaram a consequências que extravasaram os muros do sistema prisional, alterando as taxas de crimes nas periferias dos grandes centros urbanos. Agora irmão não mata irmão. Por outro lado os crimes envolvendo inteligência, organização e sobretudo subtração de grandes somas de instituições fortemente protegidas aumentaram substancialmente. À evidência do grande assalto ao Banco Central de Fortaleza. O crime mudou. Essas mudanças institucionais alavancadas pelo desenvolvimento do PCC implicam na necessidade de análise deste novo cenário. A partir de trabalhos etnográficos publicados nesta área, bem como de dados públicos ofertados pelo próprio Estado, além da cobertura midiática dado ao crime organizado, se busca analisar as consequências sociais desta transformação institucional que se operou de dentro dos presídios paulistas. Os dados trazidos permitem falar em uma pacificação do sistema prisional, e questionar sobre a existência de um sistema paralelo de controle social, de um verdadeiro sistema normativo complementar ao oficial. O escopo neste trabalho é desenvolver a ideia de uma normatividade complementar à oficial, capaz de gerar essa pacificação social dentro dos presídios.

Palavras-chave: Positivismo jurídico; Teoria Pura do Direito; Normatividade; Proceder; Primeiro Comando da Capital.

Abstract The institutionalization of the Primeiro Comando da Capital in prison's system of São Paulo for the past 20 years has promoted a complementary norms to formal rules of prison administration which entailed pacification inside prisons, profoundly altering the social mechanics of this social group. The territorial expansion of PCC megarebeliões evidenced in 2001 and 2006 with 29 and 72 prisons involved, respectively, was accompanied by a change in the forms of social relationship among the inmates of the prison system. Forms of debt collection, treatment of homosexuals, the evangelicals, the hierarchical groups that dialogue with the government, all these social roles have changed in recent years due to the institutionalization of the PCC. The motto and the Statute of the PCC have changed. The Party leadership has changed. All these changes have led to consequences that extravasated the walls of the prison system, changing crime rates in the peripheries of large urban centers. Now brother will not kill brother. On the other hand crimes involving intelligence, organization and especially subtraction of large sums of strongly protected institutions increased substantially. On evidence of serious assault on the Central Bank in Fortaleza. The crime has changed. These institutional changes leveraged for the development of the CCP imply the need to analyze this new scenario. From ethnographic work published in this area, as well as public data offered by the state, besides the media coverage given to organized crime, seeks to analyze the social consequences of this institutional transformation that operated from inside the prisons in São Paulo. The data fetch allow talking on a pacification of the prison system, and questioning the existence of a parallel system of social control, a true complement to the official regulatory system. The scope of this work is to develop the idea of a supplement to the official normativity, able to generate this social peace within the prisons.

Keywords: Legal positivism; Pure Theory of Law; Normativity; *Proceder*; First Command of the Capital.

1 Introdução

O presente trabalho tem por escopo identificar um viés normativo presente na institucionalização do Primeiro Comando da Capital (PCC), a partir de uma visão

¹Bacharel em Direito e mestrando pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP. Advogado. E-mail: lealdearaujo@hotmail.com

metodológica estritamente formal, qual seja a visão positivista de ciência proposta por Hans Kelsen na sua obra *Teoria Pura do Direito*².

O presente trabalho pode aparentar uma série de provocações, por não ser um trabalho ortodoxo jurídico ou sociológico. Neste artigo se investiga um aspecto da realidade prisional materializada na institucionalização do PCC, a partir de um viés jurídico formal normativista. Esta abordagem pode gerar alguns atritos, seja pelo *apoderamento* do discurso jurídico por um objeto tradicionalmente sociológico, seja por intentar aplicar uma visão estritamente jurídica e formal a um âmbito aparentemente estranho ao seu.

É perceptível que o presente trabalho busca um diálogo entre discursos desconexos e que via de regra são mutuamente excludentes. No entanto, ainda que ao final do presente trabalho o leitor (jurista ou cientista social) não esteja plenamente convencido das idéias que aqui são defendidas, espera-se que alguma contribuição possa ser lançada para diminuir a distância que separa um olhar do outro. A construção de pontes entre os saberes, com o fito de universalizar o diálogo científico, particularmente retirando o Direito de sua morada ilustre (a tão conhecida torre de marfim), pode gerar uma contribuição própria do olhar jurídico sobre fenômenos eminentemente sociológicos.

O mote para estabelecer este diálogo é a institucionalização do Primeiro Comando da Capital. O PCC surgiu como reação da massa carcerária à violência institucionalizada pelo sistema penitenciário. A partir de episódios como o do Massacre do Carandiru em 1992, e da realidade vexatória que existia no conhecido Campo de Concentração do Anexo da Casa de Custódia de Taubaté.

Os internos ao sistema prisional, como reação à violência generalizada, a partir de um movimento de organização e centralização do poder paralelo, criaram esta organização criminal conhecida como PCC. A história do PCC é objeto de estudo de diversos trabalhos científicos, alguns de cunho antropológico outros de cunho sociológico, de uma forma ou de outra buscam explicar as origens, o funcionamento e a relação de poder dentro do grupo.

Não é comum ao Direito, como ferramenta de controle social, estabelecer um contato científico com esta realidade social. No entanto o que se vai desenvolver neste artigo é a idéia de que o Direito numa perspectiva positivista e normativa tem como objeto de análise as normas, independentemente da origem da *autoridade*.

Neste sentido muito juristas podem objetar que as normas objeto de estudo da ciência jurídica podem ser apenas as normas emanadas por Estados soberanos, sendo que outras

² Kelsen, Hans. *Teoria Pura do Direito*. 7ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

formas de normatividade não podem ser objeto de estudo jurídico. Especialmente para aqueles versados em teoria positivista de ciência, familiarizados com a visão kelseniana de Direito e Ciência podem levantar a questão do *bando de salteadores*.

Para Kelsen³ existe uma distinção entre o que seja uma ordem normativa coativa ou comunidade jurídica do que seja um bando de salteadores. A distinção é necessária para entender quais normas podem ser objeto de ciência jurídica e quais são apenas disposições arbitrárias de um grupo de criminosos.

Neste sentido é importante salientar que não se desconhece a distinção kelseniana, porém o que se vai buscar construir neste artigo é uma visão conjugada da idéia de ordem normativa coativa e de institucionalização de um poder paralelo. Temos que a institucionalização do poder paralelo representado pelo PCC chegou a níveis tão sofisticados que já é possível falar de uma ordem coativa capaz de ser conhecida do ponto de vista jurídico formal.

Assim, o escopo imediato do trabalho que é tecer algumas considerações normativas sobre o efeito da institucionalização do PCC, mas a metodologia empregada pode ainda oferecer uma nova perspectiva de diálogo para as ciências sociais e o Direito. Sobretudo será colocado para análise do leitor a possibilidade do Direito, a partir de uma teoria formal normativa e positivista, apresentar um produto que tenha status de *ciência*.

2 A contribuição do positivismo jurídico: um olhar normativo

A Teoria Pura do Direito como teoria de ciência jurídica pode ser utilizada em qualquer âmbito de normatividade. A idéia expressa por Hans Kelsen quando menciona uma Teoria Pura é justamente de enfatizar que existe uma teorização que pode ser aplicada a toda e qualquer espécie de Direito. Essa distinção preliminar é muito importante quando se inicia qualquer discussão positivista normativa, pois em geral as primeiras críticas são sempre no sentido de argumentar que o Direito é um fenômeno complexo que não existe separado da política e da sociedade.

Nunca foi objetivo da Teoria Pura do Direito examinar qualquer Direito Puro. Nunca foi dito que o Direito é Puro, e que ele está separado e cindido dos demais fatos sociais. Antes disso, o que se buscou foi especificar uma Teoria Geral do Direito aplicável a toda e qualquer espécie de Direito, uma Teoria Pura de qualquer Direito. Neste sentido a Teoria Pura se

³ KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. 7ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 48-55.

assemelha a outras teorias científicas que procuram estabelecer parâmetros e critérios epistemológicos para dar validade a um discurso científico. Essa é a preocupação metodológica da Teoria Pura do Direito, estabelecer um objeto próprio e um método de investigação que seja conforme a natureza do objeto investigado.

Toda científica parte de um princípio epistemológico, é fruto de um contexto histórico e a partir da conjugação destes fatores existe a possibilidade de uma classificação ideológica. Os princípios epistemológicos norteadores da Teoria Pura são sem dúvida ao alguma o Neokantismo alemão e o Círculo de Viena. A idéia que move Hans Kelsen é a de criar um objeto de investigação própria e mais do que isso, a partir da natureza deste objeto próprio uma metodologia ímpar. Neste sentido a Teoria Pura do direito se move ideologicamente por uma idéia de neutralidade científica, de relativismo moral, e particularmente imbuída da percepção que o jurista científico não deve tecer considerações políticas, sociais, econômicas ou psicológicas, deve ser sim o responsável pela construção de conhecimento jurídico consciente das limitações metodológicas impostas pelo seu objeto de observação. Uma vez que elege como objeto de investigação a “norma” o seu olhar científico o seu viés próprio é o da normatividade.

Não obstante a riqueza da construção kelseniana, poucas vezes na história científica do Direito se vislumbrou tão apaixonado ataque, o próprio Kelsen reconhece, e afirma no prefácio à primeira edição⁴ da Teoria Pura do Direito, que não há orientação política da qual da sua Teoria não tenha sido suspeita de ser signatária, no entanto tal percepção é o que garante a validade da sua aplicação *erga omnes*, vejamos nas palavras do próprio Kelsen:

“Os facistas declaram-na liberalismo democrático, os democratas liberais ou os sociais-democratas consideram-na um posto avançado do fascismo. Do lado comunista é desclassificada como ideologia de um estatismo capitalista, do lado capitalista-nacionalista é desqualificada, já como bolchevismo crasso, já como anarquismo velado. O seu espírito é - asseguram muitos – aparentado com o da escolástica católica; ao passo que outros crêem reconhecer nela as características distintivas de uma teria protestante do Estado e do Direito. E não falta também quem a pretenda estigmatizar com a marca de ateuista. Em suma, não há qualquer orientação política de que

⁴ KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 7ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. XIII/XIV

a Teoria Pura do Direito não se tenha ainda tornado suspeita. Mas isso precisamente demonstra, melhor do que ela própria o poderia fazer, a sua pureza.”

Indo de encontro ao que foi postulado no prefácio da Teoria Pura do Direito, a Teoria kelseniana é uma teoria geral do Direito, e neste sentido pode ser utilizada para compreender qualquer sistema normativo. Seja o sistema de um estado democrático e soberano, seja um sistema jurídico de transição, seja um sistema jurídico internacional, em suma, onde quer que exista um Direito entendido como norma coativamente imposta por uma autoridade competente capaz de impor sua vontade de forma generalizada, aí também há espaço para a compreensão deste fenômeno normativo por parte da Teoria Pura do Direito.

O objeto da ciência jurídica é a descrição do Direito expresso por meio de uma normatividade. Não decorre da definição que a norma deva ser expressa por escrito. Todo o sistema do *Common Law* está erigido sobre os precedentes, não há um sistema legal expresso por meio de normas escritas como no *Civil Law*, no entanto aí também se aplica a visão científica do direito se quiser conhecer juridicamente a construção do direito insular.⁵

Aqui é necessário retomar a idéia do bando de salteadores, explicitamente porque existe uma distinção exposta pelo próprio Kelsen entre o que seja um sistema normativo e o que seja uma *orden de criminosos comum*. Para tanto vejamos:

“Quando à questão em debate isto significa: na medida em que apenas se tome em linha de conta o sentido subjetivo do ato em questão [ordem emanada, sob pena de uma coação, tanto pelo Estado quanto por um assaltante], não existe qualquer diferença entre a descrição de um comando de um salteador de estradas e a descrição do comando do órgão jurídico. A diferença apenas ganha expressão quando se descreve, não o sentido subjetivo, mas o sentido objetivo do comando de um indivíduo endereçado a outro. [...] Mas por que é que, num dos casos, consideramos o sentido subjetivo do ato como sendo também o seu sentido objetivo, e já não no outro? [...] Qual o fundamento de

⁵ Kelsen se manifestou em entrevista radiofônica sobre a aplicação de sua Teoria Pura do Direito sobre o Direito do *Common Law*, cf. KELSEN, HANS. [Testimonio radiofónico de Hans Kelsen. Transcripción e trad. Fernando Israel Espinosa Olivera](#). México. [Revista de Investigaciones Jurídicas \(E.L.D.\)](#) v. 27, n. 27 (2003)- p. 111-142.

validade da norma que nós consideramos como sendo o sentido objetivo deste ato? [...] “Quer dizer: a norma fundamental que representa o fundamento de validade de uma ordem jurídica refere-se apenas a uma Constituição que é a base de uma ordem de coerção eficaz. Somente quando a conduta real (efetiva) dos indivíduos corresponda, globalmente considerada, ao sentido subjetivo é reconhecido como sendo também o seu sentido objetivo, e esses atos são considerados ou interpretados como atos jurídicos⁶.

O raciocínio kelseniano pode parecer, à primeira vista, complicado para aqueles não iniciados nos seus textos, pois o rigor da exposição e dos conceitos cria uma objetividade em cada palavra, que assume dentro do seu texto uma especificidade que merece ser comentada.

Neste sentido a primeira distinção a se fazer é que explica a distinção entre uma leitura subjetiva e objetiva de uma conduta, no primeiro caso quando pensada apenas do ponto de vista da pessoa que enuncia a ordem com a intenção de ver terceiro se conduzir segundo a sua vontade, e outra visão; já no segundo caso, de uma visão objetiva que é pensada e interpretada como ordem derivada não apenas de uma pessoa, mas de um ordenamento jurídico, como conduta explicitada por meio de uma ordem globalmente eficaz.

Como interpretar de forma diferente a ação de um salteador que exige que se lhe entreguem os bens e a ordem do Estado que exige o pagamento de tributos? Ou ainda um homicídio e uma execução? (é interessante ressaltar o viés teórico e puro da Teoria do Direito, uma vez que juridicamente tem sentido falar em homicídio e execução, já religiosamente pode ser defendida a idéia de que não existe distinção, já politicamente se pode falar em dois casos de homicídios ou dois casos de execução... justamente porque existe um viés próprio a um dado sistema normativo vigente, é que se pode professar tal diferença, e a idéia é que essa distinção se aplique a todo e qualquer sistema de Direito, e não apenas a um ou outro que materialmente comungue de certos princípios mais ou menos democráticos ou religiosos).

A leitura subjetiva de um comando consiste em perceber justamente o que é exigido pela pessoa que emite a ordem, o que é que ela pretende com a enunciação, e perceber que de toda forma a realização ou não do comando sujeita o observador a uma sanção. Já a leitura objetiva depende de uma *norma*. Verificar e interpretar objetivamente um comando, consiste em estabelecer uma relação de validade entre a norma que enuncia o comando e outra norma

⁶ Kelsen, Hans. Teoria Pura do Direito. 7ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p.49-52.

que lhe dê existência. Perceber que uma norma retira a validade de outra até uma norma primeira, e perceber que a norma que enuncia uma conduta está numa relação direta de validade daquele primeira norma, é o que permite falar de uma leitura objetiva da conduta em relação á norma. Assim, um salteador que exige os bens de uma pessoa sob pena de violência, não retira validade para estatuir a sua determinação de outra norma; já uma ordem de execução se realiza porque autorizada por uma norma, que retira sua validade de outra norma até uma norma primeira.

Esta norma primeira da qual todas as demais retiram a sua validade é o pressuposto gnoseológico de uma visão normativa positivista kelseniana. Assim para existe a possibilidade de uma perspectiva própria e jurídica de um dado sistema normativa há que se presumir a existência de uma norma fundamental, que dê validade às demais normas e que permita a interpretação de comandos de dever-ser como atos objetivos de interpretação.

Justamente aqui reside a distinção entre um bando qualquer que salteadores e o Primeiro Comando da Capital. Nas próximas seções vamos abordar a gênese e o desenvolvimento da instituição do PCC no interior do sistema carcerário paulista. A partir deste estudo preliminar, vamos tentar mostrar como a sofisticação do sistema paralelo do PCC já permite falar em uma norma fundamental, em um sistema normativo paralelo ao oficial.

3 O *proceder* como norma dentro do sistema carcerário

O que vem a ser o código de conduta conhecido como *proceder*? Na definição biográfica de Luiz Alberto Mendes⁷ vem a ser: “Conjunto de normas que eram mais fortes que as leis do Instituto e que nos governam, implacavelmente.” Em outras definições de nativos do sistema carcerário: “o proceder é a voz maior”, “é o lado certo da vida errada”, “é o certo pelo certo”; o que na fala comum acaba se tornando um substantivo de definição de caráter – “eu tenho proceder”. É o código que rege a conduta entre os encarcerados e todos aqueles que direta ou indiretamente estão ligados a esta realidade social, cuja transgressão enseja na maioria das vezes a incidência da pena capital – “pilantra tem que morrer.”

O *proceder* é o código de honra e disciplina que rege a conduta criminosa de uma maneira geral. Adalton Marques⁸ traz em sua dissertação relatos dos encarcerados ou daqueles

⁷ MENDES, Luiz Alberto. **Memórias de um sobrevivente**. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.

⁸ MARQUES, Adalton Jose. **Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir das relações entre ladrões**. 2009. 119f. Dissertação (Mestrado na Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e

que travam com estas relações que dão mostra de que este código é atemporal, existindo no seio da criminalidade há anos, sem que qualquer pessoa possa datar o início de sua vigência.

São regras das mais variadas⁹, discriminam inimigos (tais como estupradores, pedófilos, delatores), estabelecem a forma de pedir licença para habitar uma cela, a forma de utilização dos sanitários nas unidades prisionais, estabelecem a forma de higienização dos ambientes, os esportes, vestimentas, acordos econômicos, trocas materiais, relações sexuais, a forma de resolução de litígios, regras de punição e gradação das sanções, estabelecem os debates como instâncias jurisdicionais e ainda a diferenciação entre as pessoas em razão das suas qualidades em relação ao crime (irmãos, primos, coisa, bichas, evangélicos, seguro e etc).

De modo geral o *proceder* está ligado a atividade criminal antes mesmo da formação das grandes facções criminosas que hoje dominam o cenário prisional e criminal brasileiro. A bem da verdade é perceptível na fala dos encarcerados o mudança de conteúdo das normas de proceder a depender do cenário político do crime.

Estudiosos das relações criminais¹⁰ apontam a existência de um cenário criminal no sistema prisional paulista até o advento do *Massacre do Carandiru*¹¹ em 1992, quando então as forças criminais dentro do sistema prisional paulista começam a se organizar para criar as facções criminosas. Antes do *Massacre do Carandiru*, vigorava nas prisões, conforme nos aponta Camila Caldeira Nunes Dias¹², um sistema baseado exclusivamente na força física e a utilização generalizada de violência. De tal forma que todas as discussões e desentendimentos entre grupos rivais eram resolvidas no limite pela violência e pela morte, em momentos de quebra dos acordos circunstanciais, como nas rebeliões.

Não obstante esta reação episódica e crítica representada pelas rebeliões o dia-a-dia do mundo prisional era marcado pela relação moral entre os detentos. Neste universo social particular, em que todos estão despojados de bens materiais e de qualquer característica

Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2009. Disponível em :

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-15032010-103450/pt-br.php>>. Acesso em 28.07.2014.

⁹ MARQUES, Adalton Jose. **Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir das relações entre ladrões**. 2009. 119f. Dissertação (Mestrado na Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2009. p. 17. Disponível em :

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-15032010-103450/pt-br.php>>. Acesso em 28.07.2014.

¹⁰ Entre os autores podemos mencionar Adalton José Marques, Ana Gabriela Mendes Braga, Camila Caldeira Nunes dias, Karina Biondi, todos referenciados ao final do artigo nas referências bibliográficas.

¹¹ VARELLA, Dráuzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia de Bolsa, 2005.

¹² DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista**. 2011. 386f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2011. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-13062012-164151/pt-br.php>>. Acesso em 28.07.2014.

personificadora, a honra pessoal se torna o bem mais valioso. A honra está intimamente ligada à prática das boas condutas estabelecidas no *proceder*. De tal forma que os presídios eram governados do modo geral pela defesa violenta e pessoal da honra, sob pena de desmoralização perante o grupo, o que naquele universo significa ostracismo e muitas vezes a mudança física de ambiente (para o seguro¹³, na maioria das vezes).

Na defesa violenta da honra vale a lei do mais forte, tanto para subjugar quanto para não ser subjugado. Assim a violência era parte do cotidiano prisional, estupros, as brigas, torturas, mortes, e toda sorte de agressões. Não raro a violência acabava gerando motins e rebeliões que de forma geral até este período eram resolvidos com a entrada da Polícia Militar nas unidades prisionais, o que no limite acabou por gerar o *Massacre do Carandiru*.

A violência generalizada entre os presos, bem como da Administração Pública para com a massa carcerária acabou por gerar dentro do sistema prisional o sistema das facções criminosas. Se no Carandiru houve um massacre revelado de forma ostensiva para toda a opinião pública, nas demais unidades prisionais do sistema paulista a violência ocorria sem os holofotes da mídia. Mas não com menos gravidade. Neste particular merece destaque o “Anexo” à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, local onde nasceu o Primeiro Comando da Capital¹⁴.

Conhecido entre os encarcerados como Campo de Concentração, no “Anexo” da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, ocorriam as mais duras investidas do sistema público contra os presidiários. Diz-se¹⁵ que os presos ficavam presos em suas celas por 23 horas, ao dia, sonegada alimentação em horário regular, sem condições de higiene, com banheiros em situação deplorável – com a válvula hidráulica fora das celas, acionáveis apenas pelos agentes de segurança – submetidos a sessões periódicas de tortura e não raro ocorriam homicídios.

Neste ambiente é que após o *Massacre do Carandiru*, oito detentos¹⁶ fundaram o Primeiro Comando da Capital, redigindo um Estatuto. A partir de 2003 ocorre em São Paulo a ascensão das facções criminosas nos presídios paulistas e conseqüentemente essas facções

¹³ Seguro no linguajar prisional significa o local dentro apartado fisicamente do convívio do presídio dos demais presos em que são alocados aqueles que correm perigo de vida, tais como estupradores, pedófilos e delatores.

¹⁴ Conforme declaração contida no item décimo primeiro do Estatuto do PCC. Disponível em: <http://pt.wikisource.org/wiki/Estatuto_do_PCC>. Acesso em 28.07.2014.

¹⁵ DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 2011. 386f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2011. p. 102. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-13062012-164151/pt-br.php>>. Acesso em 28.07.2014.

¹⁶ Segundo nota de rodapé 99 da página 166 da tese de Camila Caldeira Nunes Dias, os oito fundadores do PCC são: Miza (Mizael Aparecido da Silva), Geleirão, Cesinha (César Augusto Roriz Silva), Cara Gorda (Wander Eduardo Ferreira), Paixão (Antonio Carlos Roberto da Paixão), Esquisito (Isaías Moreira Nascimento), Dafê (Ademar dos Santos e Bicho Feio (Antonio Carlos dos Santos).

extravassam os muros das unidades prisionais e ganham as ruas. Particularmente o PCC se desenvolve em três períodos, passa por reorganizações internas e profissionalização da hierarquia de comando, chegando ao ponto de se falar que diante das megarebeliões ocorridas em 2001¹⁷ e 2006¹⁸ houve negociações da cúpula do Comando com a Administração do Governo Estado de São Paulo.

Neste cenário sócio-político do sistema prisional e do crime organizado como um todo, o *proceder* como código de conduta e honra passou por mudanças de conteúdo e de operacionalização com a ascensão sobretudo do Primeiro Comando da Capital.

Os lemas do Comando são a Liberdade, a Justiça, a Paz e a Igualdade¹⁹, que em termos mais objetivos são reduzidos para a paz entre os ladrões e a guerra constante contra o Poder Público representado pelo sistema de repressão ao crime e encarceramento.

A ascensão e a posição de destaque do Primeiro Comando da Capital estão intimamente ligadas ao desenvolvimento do conceito de paz entre os irmãos. O proceder que outrora era garantido mediante a violência do mais forte, que tornava o ambiente prisional extremamente perigoso, cedeu lugar a racionalização da violência por meio da centralização de um poder institucional na figura do Comando.

Desde 1993, ano de fundação do Partido a violência dentro das unidades prisionais vem caindo drasticamente como nos aponta Camila Caldeira em sua tese²⁰, diminuição de mortes entre a população carcerária é apenas um dos índices a ser considerado. Na mesma proporção em que diminui a violência entre os presos, instala-se a organização do Comando, ministrando Justiça por meio de sua estrutura hierárquica, sobretudo por meio de debates, como nos mostra Karina Biondi²¹.

A institucionalização do Primeiro Comando da Capital tem o condão de diminuir a violência entre a população carcerária²², centralizar e racionalizar a utilização da violência²³,

¹⁷ 29 presídios. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u121461.shtml>>. Acesso em 28.07.2014.

¹⁸ 74 presídios. Disponível em : < <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/05/12/ataques-do-pcc-completam-cinco-anos-hoje-em-sao-paulo.htm>>. Acesso em 28.07.2014.

¹⁹ Este último conceito inserido no ideário dos criminosos a partir da reorganização interna que excluiu da administração central do Comando os seus últimos fundadores vivos em 2006.

²⁰ DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 2011. 386f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2011.

²¹ BIONDI, Karina. *Junto e Misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

²² DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 2011. 386f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2011.

²³ Ibid.

diminuir os índices criminais nas periferias dos centros urbanos²⁴, regular a atividade de distribuição de drogas²⁵ e de estabelecer negociação com diversas instâncias do Poder Público. Diante deste cenário político-social do qual o Primeiro Comando da Capital é um dos atores centrais, temos que o *proceder* adquire uma função estabilizadora das condutas criminosas, de forma a regulamentar a ação criminosa, estabelecendo limites, prevendo sanções e promovendo julgamentos.

Diante dos fatos mencionados, sobretudo em razão do modo como ocorreu esta “pacificação” entre aqueles que estão diretamente submetidos ao poder do Comando, temos que a institucionalização e centralização da tutela do *proceder* pelo PCC acabaram por produzir um sistema normativo próprio que pode ser objeto específico da ciência normativista jurídica descrita nos termos *supra* mencionados por Hans Kelsen.

4. A validade jurídica da normatividade representada pelo *proceder*

Nobert Rouland conclui o seu conhecido manual *Nos Confins do Direito*²⁶ com um sugestivo capítulo nominado de A tumba de Kelsen. Neste texto de antropologia jurídica, o antropólogo nos mostra diversas sociedades e culturas em que o Direito se realiza de maneiras diversas daquela em que sociedade capitalista ocidental está acostumada. Em linhas gerais o título *Nos Confins do Direito* representa uma idéia de sociedades marginalizadas em relação a um Direito central, que se realiza de modo formal, escrito em tribunais nos moldes conhecidos pelas sociedades ocidentais.

Nobert Rouland nos presenteia com análises antropológicas de diversas comunidades ao redor do planeta com diferentes formas de realizar as práticas jurídicas, e nos mostra que este sistema formal que existe nos países dominados pelos sistemas de *common law* ou de *civil law* não são as únicas formas de resolução de conflitos existentes, nem tampouco as mais eficazes.

Neste sentido a Tumba de Kelsen se refere a idéia de juristas formais e conservadores de considerar apenas a realidade jurídica descrita em códigos como a única possível para o fenômeno jurídico como um todo, ainda mais quando este jurista assume uma postura positivista em relação ao conjunto representado pela normatividade do sistema sob análise.

²⁴ Ibid.

²⁵ Ibid.

²⁶ ROULAND, Norbert. **Nos confins do direito**: antropologia jurídica na modernidade. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Respeitado o ponto de vista antropológico do Direito, ousamos sugerir que Kelsen não ignora a possibilidade do Direito enquanto tecnologia de resolução de conflitos de uma dada comunidade se manifestar de diversas formas, por um concurso de cantos por exemplo. Mas antes propõe um olhar jurídico sobre a normatividade de um dado sistema a fim de criar uma ciência jurídica. Este olhar normativista sobre um dado sistema jurídico, que compreende a ciência jurídica, é extensível a qualquer ambiente normativo, inclusive àqueles não tradicionais.

Ao ensejo dos conceitos da Teoria Pura do Direito para analisar o *proceder* enquanto sistema normativo de uma dada comunidade, este olhar específico condicionado por uma norma fundamental, que orienta o olhar do cientista ao fenômeno jurídico enquanto norma, configura uma das possibilidades de contributo deste campo das ciências humanas enquanto ciência social aplicada, por meio de um método próprio consciente de suas limitações, impostas pelo seu próprio objeto, buscando não incorrer em um sincretismo metodológico.

Assim o que se propõe é uma análise jurídica do *proceder* enquanto sistema normativo de uma comunidade. Calcado nos conceitos acima transcritos da Teoria Pura do Direito temos que o início de toda atividade jurídica depende da existência de um sistema normativo dotado de validade jurídica que dispõe normas para uma dada comunidade. Neste termos há que existir uma norma fundamental como pressuposto de validade da ordem normativa.

Neste particular, apoiado em diversos trabalhos de cunho antropológico e sociológico há de se reconhecer que existe uma instituição centralizada de poder que é capaz de impor sua vontade de forma coativa sobre uma comunidade que observa suas disposições em termos gerais. A instituição é o Primeiro Comando da Capital e o sistema normativo que rege as relações é o *proceder*.

Efetivamente existe um documento que podemos classificar como constituição histórica da instituição, que é o Estatuto do Primeiro Comando da Capital²⁷, que na sua disposição décima primeira proclama:

11. O Primeiro Comando da Capital PCC fundado no ano de 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças do Campo de concentração "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como tema absoluto a "Liberdade, a Justiça e Paz".

²⁷ Estatuto do PCC. Disponível em: <http://pt.wikisource.org/wiki/Estatuto_do_PCC>. Acesso em 28.07.2014.

É de notar que este documento faz as vezes de uma constituição história deste grupo social, que se supõe legitimado pela *“luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças”*. Nota-se, à semelhança das disposições do Ato Institucional nº1, que a força instituidora do sistema normativo se acredita como legítima portadora de uma legalidade. Mas o que efetivamente confere um caráter jurídico a estas disposições históricas, na medida em que as normas postas por estes corpos políticos efetivamente são obedecidas por uma dada comunidade, é o fato desta comunidade efetivamente se submete ao sistema normativo, bem como pelo fato de que a instituição tem força suficiente para impor as suas normas como uma ordem coativa, mediante sanções.

“Neste sentido, a norma fundamental é instauração do fato fundamental da criação jurídica e pode, nestes termos, ser designada como constituição no sentido lógico-jurídico, para a distinguir da Constituição em sentido jurídico-positivo. Ela é do ponto de partida de um processo: do processo da criação do Direito positivo. Ela própria não é uma norma posta, posta pelo costume ou pelo ato de um órgão jurídico, não é uma norma positiva, mas uma norma pressuposta, na medida em que a instância constituinte é considerada como a mais elevada autoridade e por isso não pode ser havida como recebendo o poder constituinte através de uma outra norma, posta por uma autoridade superior.”²⁸

Efetivamente temos que ao estabelecer um Estatuto que pode ser lido como uma constituição em sentido jurídico-positivo o Primeiro Comando da Capital o fez por acreditar estar imbuído em um direito, direito este que podemos chamar de constituição em sentido lógico-jurídico ou de norma fundamental, cujo único conteúdo é indicar a autoridade competente para legislar, exatamente como menciona Hans Kelsen²⁹:

“A norma fundamental, determinada pela Teoria Pura do Direito como condição de validade jurídica objetiva, fundamenta porém, a validade de qualquer ordem jurídica objetiva, quer dizer, de toda ordem

²⁸ KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 7ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 222.

²⁹ Ibid., p. 242/243.

coercitiva globalmente eficaz estabelecida por atos humanos. (...) Toda ordem coercitiva globalmente eficaz pode ser pensada como ordem jurídica objetivamente válida. A nenhuma ordem jurídica positiva pode recusar-se a validade por causa do conteúdo das suas normas. É este um elemento essencial do positivismo jurídico. Precisamente na sua teoria da norma fundamental se revela a Teoria Pura do Direito como teoria jurídica positivista. Ela descreve o Direito positivo, quer dizer, toda ordem de coerção globalmente eficaz, como uma ordem normativa objetivamente validade constata que esta interpretação somente é possível sob a condição de se pressupor uma norma fundamental por força da qual o sentido subjetivo dos atos criadores de Direito é também o seu sentido objetivo. (...) Dado que – como se mostrou – a norma fundamental, como norma pensada ao fundamentar a validade do Direito positivo, é apenas a condição lógico-transcendental desta interpretação normativa, ela não exerce qualquer função ético-política mas tão-só uma função teórico-gnoseológica.”

Necessário perceber que a Teoria Pura do Direito propõe um olhar normativo sobre uma ordem normativa globalmente eficaz, e não decorre deste olhar, desta metodologia de ciência, que um sistema deva reconhecer outro. Esta advertência é importante porque o sistema jurídico formal da República Federativa do Brasil repudia formal e materialmente a existência desta ordem normativa paralela que é o sistema institucionalizado do crime, porém da mesma forma podemos dizer que o Ato Institucional nº 1 afronta os paradigmas constitucionais da Carta da República promulgada em 1946, contudo este último documento não teve a condão de tornar os acontecimentos de 1 de abril de 1964 em golpe de Estado, e formalmente foi instalada a Revolução de 31 de Março de 1964.

Mutatis mutandis, o mesmo acontece em relação ao sistema normativo institucionalizado pelo Primeiro Comando da Capital, pois a sua legitimidade é contestada em face da Constituição de 1988, entretanto é fato incontestável que existe uma outra ordem globalmente eficaz capaz de fazer valer as suas ordens normativas sob pena de sanção, ambas coexistindo no mesmo espaço geográfico.

Esta outra ordem normativa, globalmente eficaz também pode ser lida com validade objetiva, logo também pode ser objeto de análise da Teoria Pura do Direito, pode ser objeto de pesquisa jurídica, inclusive por meio do princípio da dinâmica jurídica. O sistema institucionalizado pelo Primeiro Comando da Capital, no qual temos debates (julgamentos)³⁰, demonstra claramente a existência de um sistema escalonado de normas. À evidência de que os julgamentos materializam o Direito por meio do *proceder* enquanto costume, à moda de um sistema consuetudinário.³¹

5 Considerações finais

A Teoria Pura do Direito é uma proposta de metodologia de pesquisa científica que encara o material normativo sob um viés próprio, o jurídico, ou seja, condicionado pela validade jurídica.

Diferentemente o julgador responsável pela produção da interpretação autêntica do Direito, que fixa uma leitura específica dentro do quadro normativo, o intérprete não autêntico, o cientista do Direito procura descrever o Direito tal como ele é, por meio de proposições jurídicas. Neste sentido, a Teoria Pura do Direito alcança qualquer sistema normativo globalmente eficaz, pois é Teoria Pura de qualquer Direito, e não Teoria de algum Direito Puro.

Em razão do que foi debatido efetivamente temos um sistema jurídico nos termos da Teoria Pura quando se fala do sistema institucionalizado nas unidades prisionais paulistas. De tal forma que as regras de conduta materializadas no *proceder* podem ser objeto de pesquisa jurídica porque dotadas de validade jurídica, já que podem ser reconduzidas à moda de um sistema consuetudinário a uma norma fundamental pressuposta ao sistema.

6 Referências bibliográficas

ARON, Raymond. Etapas do método sociológico.

BIONDI, Karina. Junto e Misturado: uma etnografia do PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

³⁰ MARQUES, Adalton Jose. **Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir das relações entre ladrões**. 2009. 119f. Dissertação (Mestrado na Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2009. p. 17. Disponível em : <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-15032010-103450/pt-br.php>>. Acesso em 28.07.2014.

³¹ KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 7ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 252.

BOBBIO, Norberto. **O Positivismo Jurídico**: lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 1995.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Preso pelo Estado e Vigiado pelo Crime: as Leis do Cárcere e a Construção da Identidade na prisão. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2013.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência**: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 2011. 386f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-13062012-164151/pt-br.php>>. Acesso em 28.07.2014.

DIAS, Gabriel Nogueira. Positivismo Jurídico e a Teoria Geral do Direito: na obra de Hans Kelsen. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito**: técnica, decisão e dominação. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **A ciência do direito**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. 3.ed. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

_____. Fundamentação da metafísica dos costumes. São Paulo: Edições 70, 2007.

KELSEN, Hans. **Autobiografia**. Trad. Gabriel Nogueira dias. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. **A ilusão da Justiça**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Teoria Geral das Normas**. Porto Alegre: Fabris, 1986.

_____. **Teoria Geral do Direito e do Estado**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Teoria Pura do Direito**. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MARQUES, Adalton Jose. **Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir das relações entre ladrões**. 2009. 119f. Dissertação (Mestrado na Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2009. Disponível em : <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-15032010-103450/pt-br.php>>. Acesso em 28.07.2014.

MENDES, Luiz Alberto. **Memórias de um sobrevivente**. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.

OLIVEIRA, Júlio de Aguiar. **Hans Kelsen**: Teoria jurídica e política. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

VARELLA, Dráuzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia de Bolsa, 2005.

WEBER, Max. A **“objetividade” do conhecimento nas ciências sociais**. Trad. COHN, Gabriel. São Paulo: Ática, 2006.